



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0420/14	DATA: 23/04/2014	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 16h41min	PÁGINAS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Votação de destaques.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Boa tarde a todos. Nós vamos dar início à nossa sessão.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 49ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “*aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências*”.

Antes de nós começarmos, eu queria só fazer um registro. Nós temos hoje nove destaques para serem vencidos. A nossa intenção é vencê-los hoje. Se porventura não conseguirmos, nós faremos a sessão na semana seguinte ao 1º de maio, visto que só haverá sessão, na semana que vem, na terça-feira e na quarta-feira pela manhã, porque quinta-feira é o feriado de 1º de maio. Só para que a gente tenha não só essa perspectiva, mas, ao mesmo tempo, a de tentar hoje vencer o que nos separa desses nove destaques.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da Ata da 48ª reunião, realizada em 22 de abril de 2014. Pergunto aos senhores Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a requerimento do Deputado Izalci.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazê-lo, em votação.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia. No expediente, recebidos dois documentos. O primeiro da Presidência: Ofício nº 77/2014, da Liderança do PSB, que a Presidência nos encaminha, indicando o Deputado Glauber Braga, do PSB do Rio de Janeiro, para suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PNE, e dá outras providências.

O outro requerimento é do Deputado André Moura, Líder do PSC, indicando, na forma do § 1º do art. 66 do Regimento Interno, o Deputado Pastor Marco Feliciano para falar como Líder pelo Partido Social Cristão, PSC, na data de hoje.



Na reunião anterior foi aprovado parecer do Relator, com complementação, ressaltados os destaques. Aprovado o Destaque nº 1, que aprova o art. 2º, inciso III, do Substitutivo do Senado Federal, em virtude da apreciação. Restaram prejudicados os Destaques nºs 2, 21, 24 e 26.

O destaque seguinte, que foi o Destaque nº 11, da Professora Dorinha Seabra Rezende, rejeita o art. 4º do Substitutivo do Senado, para reestabelecer o correspondente dispositivo e seu parágrafo único do texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Encontrávamos em processo de votação. Tenho aqui o registro de que a Professora Dorinha abriu mão do seu destaque, para que prevalecesse, por similaridade, o destaque do Deputado Rubem Santiago. Nós estávamos em processo de votação do Destaque nº 7, que suprime o § 5º do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal. Ele foi acolhido pelo Relator quando foi iniciada a Ordem do Dia no Plenário. Naquele momento, nós estávamos em orientação de Liderança. Acabara de falar o Deputado Rubem Santiago, pelo PDT.

Eu teria que voltar a palavra a todos, mas acho desnecessário, embora regimentalmente recomendado. Se V.Exas. concordarem comigo, eu começaria pelo partido seguinte, que é o PSB.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minutinho, Deputado Dr. Ubiali. Deixe-me ver se tenho concordância geral.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Não, Sr. Presidente. O problema é outro.

(Não identificado) - Não, Sr. Presidente. Vamos manter o Regimento.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - O problema é outro. O problema é outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ah, O.k. Então, vamos manter o Regimento.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu queria só que fosse registrada a minha presença, porque não está sendo possível registrá-la eletronicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Fale mais alto.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu queria apenas que fosse registrada a minha presença, porque não está sendo possível registrá-la eletronicamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Oriento a Secretaria para que faça a tomada da presença do Deputado Dr. Ubiali, visto não estar conseguindo fazê-la através do sistema eletrônico.

Então, retomando ao início do encaminhamento, com a palavra para orientação de bancada...

Como vota o PSOL?

Nós estamos tratando do destaque ontem defendido pelo Deputado Paulo Rubem, por similaridade a outros, em especial ao da Professora Dorinha Seabra, que diz:

“Nos termos do art. 161, do Regimento Interno da Câmara, requero destaque para votação em separado, a fim de suprimir o § 5º, do art. 5º, acrescentado ao substitutivo do Senado Federal e acolhido pelo parecer do Relator.”

Com a palavra, para orientação de bancada, por 1 minuto, o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, qual é o destaque que está sendo votado, exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - É o destaque que permite a garantia e a consolidação jurídica do financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES, do Programa Universidade para Todos — PROUNI. É o § 5º do art. 5º.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas qual é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - É o destaque que o Paulo Rubem...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas qual é o tempo que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas eu quero acrescentar o meu tempo de Líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, Deputado, V.Exa. usa a palavra depois, porque nós vencemos essa etapa quanto a esse item. Nós estamos no momento de orientação de bancada para voto. Esse é o último estágio.



Se V.Exa. quiser usar a palavra *a posteriori* por esse tempo de Líder, sim. Mas, neste momento, é por 1 minuto, na condição de Líder de bancada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu vou passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem, e depois usar o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Mas V.Exa. não pode fazê-lo. Neste momento, os partidos vão fazer a sua orientação. Após esta votação, V.Exa. terá a concessão de 5 minutos como Líder.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, posteriormente eu peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

Então, como vota... Mas isso é depois, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro eu queria novamente dizer que todos os argumentos que foram colocados ontem aqui, nesta Casa, demonstraram cabalmente que a proposta que foi apresentada pela Deputada Dorinha e defendida por mim e pelo Paulo Rubem, esclarece cabalmente a seguinte questão: o Relator botou uma contradição no texto — no final, na meta 20, ele disse: “*Dinheiro público para escola pública*”. Aqui, nesse dispositivo que nós queremos suprimir — art. 5º, § 5º —, quer-se tirar recursos aplicados nos programas de expansão de educação profissional superior, inclusive na forma de incentivo de isenção fiscal, bolsa de estudos concedidas aqui e no exterior, ou seja, para o setor privado. Não há como enganar a população. Nem o movimento social, nem a União Nacional dos Estudantes, que está aqui, nem a CNTE, Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação, devem se enganar.

Aqui nós estamos votando de 7% a 8% do PIB nos próximos 10 anos. Nós vamos continuar patinando em matéria de qualidade de atendimento na educação pública do nosso País. A lógica aqui contida é uma lógica privatista, não interessa ao povo brasileiro.

Esse é o segundo PNE. O primeiro não foi cumprido, ele se transformou basicamente em uma carta de intenções. Aqui, agora, nós estamos votando uma nova carta de intenções, porque, ao colocar a transferência de recursos públicos do setor privado, nós estamos novamente impedindo a viabilização das metas do plano que estão colocadas.



Por isso, o nosso destaque é mais do que necessário. É a coerência de o Relator voltar ao seu relatório original.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PROS?
(Pausa.)

Como vota o PSD? (Pausa.)

Como vota o PMN? (Pausa.)

Como vota o PRB? (Pausa.)

Como vota o PCdoB? (Pausa.)

Como vota o PSC? (Pausa.)

Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) – Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - O PTB, Sr. Presidente, acredita que a redação que foi dada pelo Relator agora é a mais adequada para a educação brasileira. Nós não podemos deixar de reconhecer a importância de programas como o FIES, como o PROUNI e como o próprio PRONATEC, que têm oportunizado a milhões de brasileiros o acesso ao ensino técnico e ao ensino superior.

Ora, o nosso foco não é saber se a educação é através da iniciativa privada ou do poder público; nós queremos que o aluno seja contemplado; nós queremos que a educação seja atendida. É por isso que, na nossa visão, a maneira como o Deputado Angelo Vanhoni redigiu o relatório é importante para o Brasil como um todo e para a educação.

Então, nós somos favoráveis à maneira como redigiu o Relator, o Deputado Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o Bloco/PV/PPS?
Como vota o PDT?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, eu vou reiterar aqui que contra números e fatos não há argumentos. Eu, ontem, fiz um esforço para demonstrar que não há compatibilidade entre o Orçamento do Ministério da Educação, que tem dois pedaços, o orçamento fiscal de impostos e as contribuições, e o orçamento extrafiscal, que vai ser complementado pelos recursos



do Fundo Social do Pré-Sal. Este é um orçamento. E é em torno deste orçamento que estamos fixando a meta de 10% de investimentos para a educação pública.

É uma vergonha se dizer aqui que nós não consideramos a importância do PROUNI e do FIES. É uma apelação típica de quem não tem argumento. Em momento algum, eu, a Deputada Dorinha e o Deputado Ivan Valente dissemos que somos contra FIES e PROUNI ou que queremos extinguir FIES, PROUNI e PRONATEC. Isso é uma apelação grosseira. O que estamos dizendo é que são fundos distintos.

A conta PROUNI... Por favor, Deputado que me antecedeu, abra sua página na Internet, abra a página da Receita Federal para não dizer coisa errada. A conta PROUNI é conta receita fiscal, Receita Federal, Gasto Tributário Indireto. A conta FIES é Conta Financeira Caixa Econômica Federal. São fundos de naturezas distintas.

Agora, na hora em que se admite que a despesa tributária indireta do PROUNI e que a despesa financeira do FIES entrem, entrem na conta fiscal do Ministério da Educação, não há como quebrar a cabeça com a matemática, nem com uma calculadora daquelas de beira de esquina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, nós queremos aqui dizer o que tem de ser dito. Nós aprovamos, no texto original da Câmara, 10% do PIB em investimentos para a educação pública. O que está contratado como PROUNI e FIES continua. Se o Governo quiser, ele pode triplicar o PROUNI, que este ano é 600 milhões, para 1 bilhão e 800, à custa da Receita Federal. Renúncia fiscal é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, nós temos que estabelecer aqui um termo de respeito mútuo para que nós, quando defendermos as nossas posições, não distorçamos aquilo que está sendo defendido por quem pensa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É uma forma vergonhosa de se manipular a fala de um Deputado quando não há argumento.



Então, eu quero concluir mais uma vez dizendo: quem tem dúvida, abra a página da Receita Federal, vá em arrecadação, no final, do lado esquerdo, Gastos Tributários Indiretos. É lá que está a conta PROUNI. Quem quiser calcular a conta FIES, vá em Caixa Econômica Federal; é empréstimo, não é conta do tesouro orçamentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, não carece de fundamento aqueles que dizem que querem manter a posição do Senado, porque nós queremos manter o PROUNI e o FIES. Nós também. Mas o PROUNI fica como Receita Federal Renúncia Tributária, o FIES como Conta Financeira da Caixa Econômica. Eles não entram, não entram na meta de 10% do PIB. Essa é a questão.

E eu aqui quero fazer um apelo, para concluir, quero fazer um apelo àquelas bancadas que, em oposição ao Governo de Fernando Henrique, defendiam recurso público exclusivo para a educação pública, que protestaram quando Fernando Henrique vetou 7% do PIB para a educação e que sempre, nos movimentos sociais de ensino médio, de educação básica e do ensino superior, sempre defenderam a universidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado, conclua ou eu o interrompo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É uma vergonha que agora mudem de posição, dizendo "sim" ao crescimento dos fundos financeiros que contratam e compram universidades privadas financiadas pelo FIES.

Essa é a verdade...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado.

Como vota o PSB, Deputado Glauber?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o PSB analisa essa questão com muita tranquilidade e acha que alguns cenários são possíveis. O primeiro cenário é a não determinação do que é recurso público e o que é atividade pública ou privada na determinação dos 10%. E nós somos contra essa posição.



Há outra posição que avança em relação a esta e que diz o seguinte: “*Não, a gente quer ter 10% do PIB para a educação.*” Mas o conceito de educação pública inclui esses programas que já foram aqui extremamente debatidos pelos Parlamentares, como o PROUNI, o FIES, e não vai haver também por parte do PSB qualquer posição negativa ou de exclusão dos programas.

E existe uma terceira posição. A terceira posição que está colocada é a seguinte: nós podemos ter 10% do PIB para a educação pública e podemos ter mais recursos também para que esses programas sejam sustentados, para que eles não acabem, muito pelo contrário.

Não há como não dizer que, na discussão para a prevalência da educação pública, ter 10% garantidos do seu PIB para um investimento eminentemente público seja algo diferente de um avanço.

Então, por esse motivo, nesta matéria, o PSB vota a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez eu vou falar o que eu já tinha falado ontem sobre esse tema: o PROS vota com o Relator, embora louvável o destaque. Se nós pudermos investir 15% do PIB na escola pública e mais uns 20% na escola privada, quem irá ganhar é a população, quem irá ganhar é o estudante, é o jovem. Mas o que é coerente, o que é palpável e o que se pode fazer hoje é destinar os 10% do PIB para serem aplicados na educação.

Nós sabemos a importância que têm o PROUNI e o FIES para os jovens brasileiros, para aqueles que têm menos renda, para aqueles que realmente não têm condições de pagar uma escola particular e, muitas vezes, não podem entrar na universidade pública.

Portanto, o PROS vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o Democratas?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, o Democratas, por coerência, vota pelo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB?



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, há uma confusão, talvez por falta de esclarecimento do que significam público e estatal. São coisas distintas. Na prática, não se falou apenas com relação ao PROUNI e ao FIES; está-se falando aqui com relação às creches, às pré-escolas, à educação especial.

Então, é evidente que nós não podemos deixar de considerar a importância do PRONATEC, assim como a questão da educação especial. Essas instituições prestam relevantes serviços, do mesmo modo que as APAEs e outras, e têm que estar, evidentemente, incluídas na verba de educação.

Portanto, o PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

Eu sou favorável ao texto apresentado pelo Relator, mantendo, na forma, a autorização para inclusão dos itens FIES e PROUNI como parte do corpo do financiamento.

Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, o PT vota com o Relator pelas razões ontem explicadas com muita clareza pelo Deputado Angelo Vanhoni e pelo discurso feito de uma forma muito elucidativa pelo nosso companheiro Deputado Artur Bruno.

É preciso destacar que o Plano Nacional de Educação é um documento íntegro. Então, é preciso buscar consistência dentro dele. Uma coisa que consta do texto do Relator e que, para nós, é definidora em termos de política é a Meta 20, ou seja, o compromisso de investir 10% do PIB na educação pública.

A par disso, há outros investimentos a serem feitos com renúncia fiscal e com outras fontes de receita, de tal modo que o que nós estamos garantindo, neste momento, é uma cumulação do investimento na educação. Nós não estamos subtraindo, Sr. Presidente, companheiros participantes desta Comissão, nós estamos somando. E estamos somando pela necessidade da emergência.

Como reitora de universidade pública, eu gostaria que todo recurso público, neste momento, fosse para as universidades públicas. Mas isso significaria, no momento, deixar ao desamparo todos os atualmente matriculados em instituições superiores pelo PROUNI ou beneficiados pelo FIES.



Há um grande pensador social do século passado, Frantz Fanon, cujo livro mais importante é *Os Condenados da Terra*. A questão posta é esta: por que esses jovens, neste momento da sua vida, deveriam esperar a maturação do investimento, para, um dia, serem alcançados pelas políticas públicas de educação?

Então, por essa razão, o PT, a bancada do PT, com muita segurança, vota com o texto do Relator e contra o destaque considerado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o Líder do Governo? (*Pausa.*)

Como orienta o Líder da Minoria? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu quero fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Relator pede para fazer um esclarecimento.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Srs. Deputados, para que não haja confusão sobre o texto que nós colocamos, aceitando a posição do Senado, primeiro, a Constituição prevê e define os investimentos públicos no art. 213 e no art. 214. Em segundo lugar, os 10% estão garantidos para a escola pública brasileira na Meta 20. Isso está expresso na Meta 20! Em terceiro lugar, nós temos, na Meta 12, a proposta da criação de 2 milhões e 800 mil vagas para o ensino superior público no Brasil. Públicas!

Hoje, temos 1 milhão e 300 mil vagas. Em 100 anos de República, nós conseguimos consolidar no Brasil, no ensino superior, 1 milhão e 300 mil vagas. Como meta de expansão do ensino, dentro dos 10%, estamos propondo um desafio para a Nação: criar 2 milhões e 800 mil vagas, mais do que o dobro do que nós temos hoje em escola pública de nível superior.

Então, o que está expresso na Meta 12 é um desafio imenso para o Brasil. Não há risco de que o dinheiro consolidado na Meta 20, os 10%, combinado com a Meta 12, possa ser destinado para o FIES, para creche e para qualquer iniciativa que não seja na escola pública, porque nós estamos votando uma meta, a Meta 12, que está de acordo com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal.

O Senado tirou a rubrica de expansão pública no ensino superior. Nós estamos mantendo a expressão “pública no ensino superior”. Então, não há risco.



Por isso, mantivemos a proposta do Senado, porque, nesse momento em que o Brasil está matriculando 2 milhões de jovens de baixa renda, tanto pelo FIES quanto pelo PROUNI, não temos como transformar essas instituições em escolas públicas de nível superior.

Por isso, o Brasil precisa de um tempo de transição para criar as universidades públicas do nosso País. E isso está consolidado no projeto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Em 100 anos, nós fizemos 1 milhão e 300 mil. Estamos propondo, em 10 anos, fazer 2 milhões e 800 mil. O senhor acha isso pouco?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Para público! Público! São 7 milhões, no total.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluído.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, como Líder. Na sequência, nós faremos a votação do item.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente. Eu acho que o debate começa a ficar bastante esclarecido, mas eu queria, de uma vez por todas, pelo menos, tirar um debate daqui. Não é possível usar o argumento de que se nós votarmos 10% da verba pública para a escola pública nós estaremos tirando dinheiro dos que estão aí, ou seja, do FIES, do PROUNI, do PRONATEC. Isso não é verdade. Isso é uma mentira. E eu quero dizer isso, olho no olho, aos Deputados do PT, porque nós apresentamos isso, em 1998, e 70 Deputados assinaram o Plano Nacional de Educação. Era verba pública para a educação pública.

Segundo, Deputado Vanhoni, nosso Relator, aqui no relatório original que saiu da Câmara não tem essa questão. Então, é apenas a Meta 20. É disso que se trata, Deputado Vanhoni.

Em terceiro lugar, nós temos que fazer um debate. Eu ouvi alguns argumentos — e eu queria dialogar — de que não é palpável gastar 10% do PIB — verba pública — para a educação pública. Eu digo: é palpável, é possível e é viável.



E o processo que nós estamos chamando de transição é isso. O PNE é transição. O próprio PNE é uma transição. São 10 anos!

A primeira proposta de PNE entrou nesta Casa em 1998. Nós não temos um plano. O plano passado não existiu, exatamente porque os dispositivos que viabilizavam o plano foram vetados, Presidente, e nunca foram derrubados, nem pelo Governo Lula. Nunca foram derrubados. É por isso que não houve plano. E agora nós o estamos rerepresentando com toda a pressão da sociedade civil organizada.

Então, essa lógica de dizer: *“Ah, mas aí vai faltar recurso...”* Não! A sociedade civil organizada tem o dever, tem o direito de pressionar de qualquer forma: se a creche é conveniada, se tem as APAEs, se o PROUNI é uma necessidade, porque o estudante não pode, ainda, entrar na escola pública de qualidade, com ensino, pesquisa e extensão. Tudo isso está em debate.

Agora, nós estamos falando de futuro, inclusive. Vamos lembrar que nós votamos uma verba do pré-sal para a educação no meio do caminho. Isso vai ser viabilizado ao longo do tempo. É outro debate que nós fizemos. São outras entradas. A sociedade tem que estar preparada para isso. O que eu não entendo é como o Governo raciocina da seguinte forma: *“Eu sou Governo, hoje.”* E até dialogando com o Deputado Izalci, que é do PSDB, eu coloquei que este não é um plano para um governo nem para dois governos, é para mais, é para 10 anos. Então, é um plano de Estado, é um plano estratégico.

Então, Sr. Presidente, eu acho o seguinte: se esta Comissão... E V.Exa. também, Relator, há de lembrar que, por unanimidade, esta Comissão Especial, antes, votou essa proposta, que era só a Meta 20. Não foi introduzida essa questão do Senado Federal colocando as outras rubricas ou as outras isenções tributárias como verba pública para a educação. Nós não podemos enganar o público lá fora. Não é verdade que, mantido esse dispositivo, haverá 10% do PIB para a educação. Não é verdade, eu repito.

Se nós quisermos revolucionar a educação brasileira, nós vamos começar por baixo, da creche à educação fundamental, como um todo, ao piso salarial profissional dos professores. A qualidade, a jornada integral, tudo isso está contido



aqui, e mais 2%, 3% do PIB, em 10 anos. São 10 anos! Esta que é a transição. A transição já está dada.

Por isso, eu queria, Presidente, pedir a todos os Parlamentares desta Comissão Especial, não importa o que o Plenário vá decidir, não importa se haverá pressão do Plenário, do Governo ou de quem for, mas que esta Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, cuja maioria é membro da Comissão de Educação da Câmara, inclusive, com seus compromissos assumidos perante a sociedade brasileira por uma educação pública de qualidade, pela igualdade de oportunidades, pela expansão do ensino superior de qualidade, pela valorização do magistério oficial brasileiro, por tudo isso, vote nessa emenda pelos 10% do PIB, de verdade. Verba pública para educação pública! E não há nenhuma perda para os outros setores! (*Palmas.*)

Peço que votem essa proposta. Nós vamos dar, sim, um salto de qualidade, revolucionando e mostrando para a sociedade brasileira que nós estamos com vontade de dizer, pela última vez, que a educação é prioridade no Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Iniciando a votação, quero pedir aos Deputados e às Deputadas... Nós estamos agora a votar o Destaque nº 7, de autoria da bancada do PDT. Concluída a sua votação, nós estaremos prejudicando os Destaques nºs 11, 20 e 3, que foi o primeiro, de autoria da Deputada Professora Dorinha, por similaridade.

Portanto, aqueles que forem a favor...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, vou pedir votação nominal. O PDT pede votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu vou explicar. Primeiro, vou fazer a votação normal; depois, V.Exa. solicita a votação nominal, na sequência, sem o interstício ampliado, que o Bruno deixou na outra.

Então, eu quero informar o seguinte: aqueles que forem votar a favor do destaque do PDT deverão permanecer como estão; portanto, aqueles que votarem com o Relator deverão levantar a mão. Vou fazer o comando.



Trata-se do Destaque para Votação em Separado do § 5º do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal, para a sua rejeição e, conseqüentemente, alteração do parecer do Relator.

Os Deputados favoráveis à aprovação do § 5º do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, Sr. Presidente, vamos repetir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não está errado. V.Exas. é que não prestaram atenção.

Vota-se, na posição normal, habitual, o que está em votação. O que está em votação é o destaque. Portanto, quem for a favor do destaque permanece como está.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, quem é a favor do destaque permanece como está.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quem é favor do Relator levanta a mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quem é a favor do Relator levanta a mão.

(Não identificado) - O Relator vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, quem for a favor do destaque, que é contra o voto do Relator, fique como está.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quem é favorável ao Relator levanta a mão.

(Manifestação na plateia. Educação não é mercadoria!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aprovado, conforme o relatório do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Votação nominal concedida.

Srs. Deputados, por favor, procedam, como de costume, à votação nominal.

Aqueles que forem favoráveis ao destaque votem “sim”. Os que forem contra o destaque votem “não”, e estarão fortalecendo a posição do Relator. *(Pausa.)*



Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

A votação é pelo painel.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, só para confirmar, no painel, aparecendo “sim”, o “sim” é a favor do destaque. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Sim” é a favor do destaque.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Que é a posição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, está uma confusão! O que foi aprovado? Foi o voto do Relator ou o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exas. querem que eu faça a chamada nominal?

Por favor, Deputado Alex Canziani, ajude-me aqui a chamar cada um pelo nome para que se manifeste. Está havendo conflito. Vamos seguir conforme é de praxe.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pois não, Sr. Presidente.

Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Voto “não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputada Margarida Salomão.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Newton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Gabriel Chalita.

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Lelo Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Raul Henry.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Renan Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Eduardo Barbosa.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Nilson Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado José Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Efraim Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não se encontra.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputada Professora Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Não”?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - “Não”.

Deputado Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - “Não” ao destaque.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Espere! “Não ao destaque”.

Ele falou “não ao destaque”. Não é isso?

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - É “Não”. É isso, está certo.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ah, então, é “sim”. Ah, está certo, desculpe-me. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não, é “não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - “Não”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Dr. Ubiali. (*Pausa.*)

Deputado Stefano Aguiar. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Rubem Santiago.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - “Sim”. Presidente, eu quero que os nomes sejam postos no painel.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Antônio Roberto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A votação é nominal, tem painel eletrônico, a votação é eletrônica. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Antônio Roberto. (*Pausa.*)

Deputado Alex Canziani, “não”.

Deputado Pastor Marco Feliciano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputada Alice Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Alice Portugal. Deputada Alice Portugal. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Voto depois.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Deputado Pastor Eurico vota “sim”, com o partido. “Sim” ao destaque.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Professor Setimo. (*Pausa.*)

Então, nós temos um voto ainda no PT. Deputado Alessandro Molon. (*Pausa.*)

Deputado Artur Bruno. (*Pausa.*)

Deputada Iara Bernardi.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - “Não” ao destaque.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - No PMDB, nós temos dois votos ainda.

Deputado Eduardo Cunha. (*Pausa.*)

Deputado Gastão Vieira. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ambos ausentes.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Manoel Junior. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Pedro Chaves. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - No PSDB, temos mais um voto.

Deputado Alfredo Kaefer. (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputada Mara Gabrielli. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Jorginho Mello. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - No PP, Deputado Esperidião Amin.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Pelo DEM, Deputado Onyx Lorenzoni.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Marcos Montes. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Do PR, os dois já votaram.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente,
Deputado Pastor Marco Feliciano está presente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Registrada a presença.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Leopoldo Meyer. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LEOPOLDO MEYER - Voto "sim".

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Voto "sim", Presidente, pelos 10%
do PIB para a educação eminentemente pública.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Perfeito.

Do PV, Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - PSC. Deputado Marcos Rogério.

(Pausa.)

O Deputado Pastor Marco Feliciano chegou. Pastor, como vota?



O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - PCdoB.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - A favor do destaque, “sim”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - PMN, Deputado Jean Wyllys. (*Pausa.*)
Ausente.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, o resultado ficou: 12 votos “não” e 7 votos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Rejeitado o destaque por 12 votos contra 7 a favor do destaque.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Tem um erro, tem um erro. Não foram 7 votos. Acabei de fazer a contagem cerebral e tem mais de 7 votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ou V.Exa. tem um mapa para poder contraditar com este ou V.Exa. ajuda a contar o mapa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu faço o mapa aqui dos votos que, mentalmente...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pedi a votação no painel, Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Glauber, Deputado Leopoldo, Deputado Eurico, Deputada Professora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu não posso usar como instrumento de contraditório um cálculo mental por um cálculo escrito.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, eu estou citando nominalmente os votos daqueles que... São mais do que 7 votos.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Quem são?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vamos listar, vamos listar então, Presidente. Vamos lá.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vamos fazer a contagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso é uma concessão, viu? Não é regimental.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, questão de ordem. Deputado Glauber Braga, peço 1 minuto. Eu reitero a V.Exa. que peça aos Deputados que coloquem o voto do painel. Esse plenário... Essa votação nominal tem painel, Sr. Presidente!

(Não identificado) - Sr. Presidente, já começou o processo e não pode mudar no meio da votação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por que não se vota no painel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Porque assim foi decidido no começo aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, mas aqui está o Regimento da Casa: tem votação eletrônica no painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, eu quero pedir a V.Exa., para que não seja quebrado o Regimento e para que não haja uma concessão à minha pessoa, porque eu acho que a concessão não é aquilo que deve prevalecer na Comissão, que seja, então, colocado no painel o nome dos Parlamentares que votaram favoravelmente ou contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minutinho. O Deputado Alex Canziani irá ler um a um dos votos que foram a favor e um a um dos votos que foram contra. Então, por favor, com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Deputado Angelo Vanhoni, “não”.

Deputada Fátima Bezerra, “não”.

Deputada Margarida Salomão votou “não”. E mais um voto da Deputada Iara Bernardi “não”.

PMDB. Deputado Gabriel Chalita votou “não” e Deputado Lelo Coimbra votou “não”. E não houve mais votos no PMDB.

PSDB. Deputado Eduardo Barbosa vota “não” e Deputado Nelson Marchezan Junior vota “não”.

PP. Deputado Jair Bolsonaro vota “sim”.

DEM. Deputada Professora Dorinha vota “não”. Não, o voto dela foi “não”.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, esse é “sim”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não, o voto dela foi “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, o voto da Deputada Dorinha foi “sim”.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não, foi “não”!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, desculpe, foi “não”.
V.Exa. falou não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Ela anunciou “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. anunciou “não”,
Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Estava aí o erro, Presidente. Esse era o erro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. anunciou “não”,
Deputada Dorinha.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Ela anunciou “não”.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Esse era o erro, porque inclusive a
Deputada Dorinha é autora do destaque.

(Não identificado) - Ela é autora do destaque também, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Tudo bem. Não, o voto dela é “sim”, pela natureza do debate que houve e pela abertura de mão que deu para o destaque do Deputado Rubem ocupar o seu lugar. Esse voto está captado errado. Houve uma ausência de comunicação.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - É. Houve um erro de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Isso.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Então, eu entendi mal, Deputado.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vá em frente.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Paulo Freire, “não”...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E do Democratas, o Deputado é o Efraim. V.Exa. não computou aí, não. Voto “sim”.



O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Não estava presente V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não estava, não, Efraim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas não estava no meio da confusão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. V.Exa. não estava, não. Eu que declarei sua ausência.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Izalci, “não”. PSB, dois votos: Leopoldo Meyer, “sim”, e Glauber Braga, “sim”. PDT: Paulo Rubem Santiago, “sim”. No Bloco PV/PPS não houve votos, nem Antônio Roberto, nem Stepan Nercessian. PTB, Alex Canziani, “não”. PSC, Pastor Marco Feliciano, “sim”. PCdoB, Alice Portugal, “sim”. E Pastor Eurico, do PRB, votou “sim”. Então, são 8 votos a favor e 11 votos contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está concluída a votação.

O destaque foi rejeitado.

(Manifestação no plenário).

Sobre a mesa se encontra um requerimento que requer votação nominal para o Destaque nº 22.

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 186, II, do Regimento Interno, a votação do Destaque nº 22 pelo processo nominal.

Deputado Pastor Marco Feliciano.

Concedo a palavra, para encaminhamento, ao Deputado Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, o assunto em destaque é polêmico. Então, eu acredito que seja necessário que haja uma votação nominal para que não haja dúvida a respeito daquilo que os Parlamentares pensam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Esse tema se refere ao destaque do “a” e “ou” feito pelo Deputado Marcos Rogério no texto.

Em votação.

Quem for a favor da votação nominal para o Destaque nº 22 permaneça como está. *(Pausa.)*



Aprovada.

Passa-se à votação do Destaque nº 22.

Eu peço que o Deputado Marcos Rogério preste atenção, se aqui estiver. E o próprio Pastor Marco Feliciano também, que fez o encaminhamento.

“Trata-se de destaque para votação em separado da expressão ‘as’ constante do § 5º do art. 11, para sua rejeição e conseqüente alteração de todas as expressões ‘a’ e ‘as’ que aparecem no parecer do Relator, reestabelecendo o texto do Senado Federal.”

“Observação” — esta é a atenção que eu peço:

“O destaque pretende alterar diversos dispositivos que não guardam relação entre eles. O parágrafo único do art. 190 do Regimento Interno trata o substitutivo do Senado como série de emendas. Assim, cada uma delas deve ter um parecer autônomo. Logo, por analogia, os destaques deverão incidir somente sobre um único dispositivo, expressões de um dispositivo. Dessa maneira foi construído o parecer do Relator. Portanto, o destaque apresentado produzirá efeito, se aprovado for, somente para o § 5º do art. 11. Ele não é extensivamente aplicável a todos os itens de que constarem o ‘a’ ou o ‘as’.

Portanto, esse é um texto específico de aplicação direta ao art. 11, no seu § 5º.”

Os Deputados favoráveis à aprovação e os que são contrários... Já estão inscritos para encaminhar a favor o Deputado Jorginho Mello e o Deputado Marcos Rogério, que são autores. Quem falaria contra? *(Pausa.)*

Inscrição. Estou solicitando duas inscrições para falarem contra esse processo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, é só um esclarecimento de V.Exa.

Estávamos acompanhando pelo registro impresso, mas não sei; já riscaram tanto aqui a folha...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Qual é a dúvida?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Se V.Exa. poderia destacar o ponto apresentado pelo Deputado Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O art. 1º, § 5º, e em tantos outros ao longo do texto...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Inflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ... o Relator trouxe e botou a inflexão “a” e “as”. Está certo?

O Deputado Jorginho Mello e o Deputado Marcos Rogério fizeram um destaque, pedindo para suprimir na intenção, na hora que o fizeram, de que ele fosse extensivo a todos os artigos. Na realidade, regimentalmente, isso não é possível. Só se aplica ao que for solicitado o destaque.

Portanto, falarão a favor Deputados Jorginho Mello e Marcos Rogério; falarão contra as Deputadas Iara Bernardi e Alice Portugal.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, faço aqui um apelo. Na verdade, acho que a intenção dos autores do destaque era uma. Com essa questão regimental agora levantada, os autores não atingem o objetivo do seu destaque. Pergunto: só vai ser modificado em um ponto, em 30, 40, do texto continua do mesmo jeito?

Então, faço um apelo, até para ganharmos tempo, para que se os autores não abrem mão desse destaque, porque só vai apenas um ponto que eles vão conseguir esse objetivo. Isso perde o sentido. O destaque não tem coerência. Se realmente o destaque atingisse todo o texto, fariam sentido o debate e o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deixe-me esclarecer esse item.

Quando o Deputado Marcos Rogério nos apresentou esse destaque, a sua intenção era que esse destaque fosse extensivo a todos os artigos em que essa incidência do “a” ou do “as” se desse. Nós o informamos desse perfil regimental, e o informamos da seguinte alternativa: se for apresentado em plenário um destaque de redação que abranja todos os artigos no “a” e nos “as” uma emenda de redação, ela



poderia ser apreciada no plenário com impacto em todo o texto, por consequência. Na hora ele compreendeu, entendeu o assunto, mas nos manifestou que preferia manter o destaque para fins de debater o tema.

Mas o Deputado Bruno nos solicita se V.Exa., em seu nome e em nome do Deputado Jorginho Mello, fazem a retirada do texto e recebem a nossa recomendação. Se assim o desejarem, que façam um texto de redação no plenário da Casa que abrangeria todos os artigos que constasse as inflexões “a” ou “as”.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu gostaria de sustentar o nosso destaque, embora acatando a observação que a Mesa fez em relação aos demais, que constavam também da minha proposta, que eu declarava a prejudicialidade dos demais e, por questão regimental, ficamos circunscritos a esse dispositivo.

Quero aqui, respeitosamente, divergir do Relator, com relação à reintrodução da distinção de gênero gramatical em ocorrências como professores e professoras, alunos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minuto. Então, V.Exa., a partir de agora, está fazendo a defesa do texto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, V.Exa. está encaminhando como autor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, é o primeiro encaminhamento como autor.

Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, gostaria de fazer essas observações.

Aqui transcrevo trecho do parecer que trata desse aspecto exposto pelo Relator, que diz:

“No que tange ao uso do genérico masculino ao longo do texto, optamos por restabelecer o padrão adotado na Câmara dos Deputados. Embora exaustivo, ele cumpre um papel de afirmação e destaque das



questões de gênero no nosso País. Não se trata de questão meramente formal.”

Palavras do Relator.

Com a devida vênia, a solução proposta traz sérios inconvenientes que vão além das questões puramente gramaticais. Ela contraria a prática adotada em toda a legislação federal brasileira, a começar pela Carta da República de 1988.

Tome-se como exemplo o art. 207, § 1º, dentre outros inúmeros, que diz: “*É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros na forma da lei*”. Evidencia-se claramente que as formas destacadas contemplam mulheres e homens, como é o uso corrente na nossa língua. Não diferente quando se vê uma placa no posto de gasolina: “*Contrata-se frentista*”. Isso obviamente não exclui o homem.

Vale lembrar que o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação das leis no nosso País, no art. 11, diz:

“Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - Para obtenção de clareza:

a) Usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) Usar frases curtas e concisas;”

Sr. Presidente, quem diz isso é a norma de regência mandamental das redações legislativas. Nós estamos aqui revisando a norma que dispõe sobre a criação de normas. Um dos princípios da técnica legislativa é o da concisão; outro, da clareza. Ao editar uma lei, o legislador deve observar esses princípios, para que a norma integre o ordenamento jurídico, com ele se harmonize e seja compreendido de forma clara pelo cidadão, destinatário principal das normas.

Princípio da concisão: o legislador deve ter em mente a diretiva de se utilizar somente daquelas palavras realmente necessárias para transmitir a *mens legis*. Pela



clareza que envolve a boa redação, deve o legislador procurar, de forma acessível, com linguagem clara e direta, expressar a vontade legal.

A inovação proposta, Sr. Presidente, além de atentar contra a concisão, vai contra o uso comum das palavras na nossa língua, uma vez que de modo algum o fato de termos como professores, alunos ou servidores seja entendido como aplicável apenas a homens, seja na Constituição Federal ou na legislação infraconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - As alterações propostas, além de inócuas, não trazem mais clareza à norma; ao contrário, tendem a deixar a legislação mais confusa, uma vez que o restante do ordenamento não faz tal distinção. Veja, nós estamos aplicando uma regra de exceção, apenas nessa norma. As demais se silenciam sobre isso, a começar pela nossa norma maior: a Constituição Federal de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu queria concluir dizendo que a expressão obviamente não define a pessoa e, quando se fala genericamente de professores ou de alunos, não se está excluindo aquele ou aquela. É o sentido comum das palavras que preconiza, repito, a nossa norma de regência redacional, a Lei Complementar nº 95, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu disse ontem e repito hoje aqui: esta Comissão Especial, por prerrogativa cumulativa, representa também a manifesta vontade ou o desígnio daqueles que, se fossem submetidos à CCJ, haveriam de julgar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Aqui, está também o aspecto de redação e de constitucionalidade.

Então, eu penso que nós estamos diante de uma situação que ofende a lei de redação. Portanto, eu estou sustentando, estou defendendo esse destaque, para que nós façamos a supressão do gênero. E, acatando a sugestão de V.Exa., no plenário, nós vamos fazer o apelo para que as demais expressões com esse viés



também sejam modificadas para que não haja um precedente que afronte a Lei Complementar nº 95, de 1998, e a própria Carta da República, que tem no seu texto expressões com sentido comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra, por alternância, a Deputada Iara. Depois, Deputado Jorginho e, na sequência, Deputada Alice.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos certeza das convicções do nosso Relator, de que ele não cometeu absolutamente nada que fuja à regra da nossa gramática, e foi muito bem assessorado para isso.

O Deputado Marcos Rogério usou um termo aqui com relação aos frentistas. Existem palavras que são comuns aos dois gêneros, mas a linguagem usual, no Brasil e no mundo, é a linguagem masculina. Quantas vezes nesta Casa eu recebi correspondência "Ao Deputado Iara Bernardi", até porque se usa isso.

Nós queremos hoje ter no Plano Nacional de Educação uma linguagem ampla e inclusiva. É educativo que se diga: professores e professoras, alunos e alunas e tantos outros termos, como colocou o Deputado Angelo Vanhoni.

Vejo também que a alteração proposta pelo Deputado Marcos Rogério não vai alterar o texto. Se quiserem levantar essa questão novamente no plenário, nós perderemos um pouquinho mais de tempo, mas tudo bem, isso será feito e S.Exa. tem todo o direito de fazê-lo, mas eu defendo o texto da maneira como o nosso Relator colocou. Voltando a afirmar, ela é ampla, é uma linguagem inclusiva e educativa, ressalta muito bem os dois gêneros: professores e professoras, alunos e alunas e tantos outros termos que foram colocados no texto. Por isso, eu defendo a redação proposta pelo Relator Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Para falar a favor, o Deputado Jorginho Mello. *(Pausa.)*

Na sua ausência, para falar contra, a Deputada Alice Portugal por 3 minutos.



A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, por um acidente de percurso, eu não pude estar ontem aqui, mas o Deputado Chico Lopes votou consistentemente com o nosso Relator.

Hoje, apenas por uma questão de compreendermos que havia redundância, tivemos uma opinião acerca de um dos destaques. No mais, é irretocável o relatório do Deputado Angelo Vanhoni.

Neste caso, a Professora Deputada Iara Bernardi, falou muito bem. Não houve qualquer erro nem qualquer equívoco. Aliás, o que eu percebo é que a própria plateia hoje, não interessada naquilo que foi tratado ontem, já não é a mesma.

Quero dizer que essa insistência em relação a não garantir substantivos comuns de dois com artigo identificador à frente é uma agressão à gramática e, sem dúvida nenhuma, uma desatualização das relações sociais e humanas em nosso País e no mundo como um todo.

Substantivos podem ser biformes: menino e menina, traidor e traidora, pastor e pastora. Substantivos podem ser heterônimos, que são homem e mulher, bode e cabra, boi e vaca. Substantivos são uniformes, comuns de dois: o imigrante, a imigrante; o acrobata, a acrobata; o intérprete, a intérprete; o estudante, a estudante; o mártir, a mártir; o viajante, a viajante; o artista, a artista. Então, como não trabalhar em substantivos comuns de dois, com o artigo, e generalizar no gênero masculino? E a palavra gênero não é coisa nova, está na gramática da língua pátria, nesta lusofonia que nos unifica neste País.

Como impedir que o Deputado Vanhoni diga que o desempenho tem de ser avaliado, dos alunos e das alunas, dos estudantes e das estudantes? Eu creio que essa é uma tentativa de materializar um sectarismo, já não posto, que em nada diminui as crenças, as opções religiosas, as opções sociais. Em nada diminui você garantir a existência competente dos dois gêneros da sociedade e da liberdade de escolha dos seres humanos.

Por isso, como sei que esse § 5º é uma continuidade do destaque não pude discutir ontem, quero dizer que ele, de fato, não cabe nem para o texto todo e nem para essa partícula sequer, porque desconhece a língua e desconhece a atualidade das relações sociais no País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Orientação de bancada.



Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. DEPUTADO ANTONIO BULHÕES - O PRB, “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - O PCdoB “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PV/PPS?

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - O PSC vota “sim” ao destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, desculpe. É orientação de bancada.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Para orientar, o PSC orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Desculpe-me, Marco Feliciano.

Orientação de bancada do PSC.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - “Sim” ao destaque. Para discutir o assunto, vamos falar, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o PV/PPS? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O PDT elogia veementemente a clarividência do Sr. Relator, clarividência essa que faltou na matéria passada, mas agora fica para a história. Acompanho o parecer do Relator, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o Democratas?



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - PR “sim” ao destaque, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - PP, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO IZALCI- O PSDB vota com o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como vota o PMDB?

(Pausa.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vota contra o destaque.

Como vota o PT?

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - “Não” ao destaque, pelo texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como orienta o Líder do Governo? *(Pausa.)*

Como orienta o Líder da Minoria? *(Pausa.)*

Convido o Deputado Izalci para ajudar na coleta dos votos nominais, conforme requerimento aprovado anteriormente de autoria do Deputado Pastor Marco Feliciano. O Deputado Izalci disse que é bom de matemática e será rápido.

Vamos lá.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, só vou fazer uma correção no encaminhamento do PDT. O encaminhamento é “sim” ao destaque, que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.

Com a palavra, o Deputado Izalci, por favor. Voto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Angelo Vanhoni. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Bezerra. *(Pausa.)*

Estão solicitando que fale ao microfone para ficar registrado.

Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - “Não” ao destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputada Margarida Salomão. *(Pausa.)*



Deputado Newton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Gabriel Chalita. *(Pausa.)*

Deputado Lelo Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Não”.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Raul Henry.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Renan Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - “Sim” ao destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Nelson Marchezan Junior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Nilson Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - “Sim”.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado José Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Meu voto é “não”, Sr. Presidente. “Não”, votando com o texto do Relator, não é isso?

“Não” ao destaque, votando favorável.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Professora Dorinha Seabra Rezende.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Com o Relator; “não” ao destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - “Sim” ao destaque.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Izalci, “sim” ao destaque.

Deputado Dr. Ubiali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Stefano Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.



- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Paulo Rubem Santiago.
- O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Com o Relator.
- O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - “Não” ao destaque.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Paulo Rubem Santiago, no microfone, por favor.
- O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - “Não” ao destaque.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Antônio Roberto.
- O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Alex Canziani. Deputado Alex Canziani ao microfone.
- O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - “Não”.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Pastor Marco Feliciano.
- O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - “Sim” ao destaque.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputada Alice Portugal.
- A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - “Não” ao destaque.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Pastor Eurico.
- O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Já que estamos a favor da educação e do povo educado, “sim” ao destaque.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Professor Setimo.
- O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos chamar agora os suplentes.
Pelo Partido dos Trabalhadores.
Alessandro Molon. *(Pausa.)*
- O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Artur Bruno.
- O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - “Não”.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputada Iara Bernardi.
- A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - “Não” ao destaque, com o Relator.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PMDB.
Deputado Eduardo Cunha. *(Pausa.)*
- O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.
- O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Manoel Junior. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PSDB.

Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputada Mara Gabrilli. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Jorginho Mello. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PP.

Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Sr. Deputado, contador dos votos, meu voto é “sim”, pelo destaque, embora o que o Relator colocou seja muito interessante, porque destaca macho e fêmea.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Democratas está completo. PR também.

Pelo PSB, Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra)- Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Leopoldo Meyer. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - PDT está completo.

Pelo PV/PPS, Deputado Stepan Nercessian. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pelo PMN, Deputado Jean Wyllys. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Ausente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, 10 “não” e 7 “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aprovada a rejeição do destaque. *(Palmas.)*



Destaque nº 15 da bancada do Democratas.

“Sr. Presidente, requeremos nos termos do art. 161, do Regimento Interno, destaque para votação 2.2 da Meta 2, constante do Substitutivo do Senado, com o objetivo de aprová-la na íntegra, conforme proposto pelo Senado Federal, rejeitando, por consequência, a proposta apresentada pelo Relator para o dispositivo.”

Com a palavra a Professora Dorinha, que é autora. Mais alguém para encaminhar a favor?

E mais dois para encaminhar contra.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Repita o enunciado, Presidente.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu gostaria de fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Este é um destaque simples para duas manifestações, uma a favor e uma contra.

(Não identificado) - Sr. Relator, faço um apelo para V.Exa. aceitar esse destaque da Professora Dorinha.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O destaque, Deputada Alice Portugal, nós colocamos na Estratégia 2.2: pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito da instância permanente de que trata o art. 7º, § 5º desta Lei, a implantação dos direitos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do ensino fundamental.

Esse é o texto que nós trabalhamos no Senado. A Deputada Dorinha propõe que o texto esteja, além de desenvolvimento da aprendizagem, que configurarão a base nacional comum curricular de ensino fundamental.

Eu, com a concordância dos Srs. Deputados, gostaria muito de acolher esse destaque feito pela Deputada Dorinha e incorporá-lo ao texto do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Em face disso, V.Exa. retira o destaque?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Em face disso, eu só posso dizer muito obrigada. E retiro o destaque, óbvio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra - Então, dispensa os encaminhamentos e dispensa as votações.

Destaque incorporado como se aprovado fosse.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Nós vamos ter todas as deliberações, a partir de agora, nominais, certo? Foi isso que foi pactuado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não me lembro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não. Cada um, o Deputado Marco Feliciano pediu que essa anterior fosse nominal antes que ocorresse. O Deputado Rubem pediu nominal após a votação normal. Os outros serão nominais, se pedidos antes forem, ou se pedidos logo após a votação simbólica forem, mas não há, previamente, a votação nominal, não.

Regimentalmente, eu preciso colocar em votação o destaque da Deputada Professora Dorinha, visto que ele já faz parte do corpo do texto oferecido. Então, peço a dispensa das manifestações.

Solicito àqueles que concordam com a aprovação do destaque permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação do requerimento de destaque simples.

Preliminarmente, votar-se-á a admissibilidade do requerimento do Destaque nº 12. Se aprovada, passar-se-á à votação da matéria destacada.

Em votação a admissibilidade do destaque de autoria da Deputada Professora Dorinha, que trata de destaque para votação da Estratégia 3.3, da Meta 3, constante do substitutivo do Senado, com o objetivo de aprová-la na íntegra, conforme proposto pelo Senado Federal, rejeitando, por consequência, a proposta apresentada pelo Relator para o dispositivo.

Aqueles que forem a favor da admissibilidade, para que possamos debatê-la e votá-la, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.



Trata-se de destaque para votação da Estratégia 3.3, do substitutivo do Senado, com vistas à aprovação na íntegra, rejeitando, por consequência, a proposta do Relator para o dispositivo.

Como é um destaque simples, nós temos um orador a favor a um contra.

A favor...

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não, Deputado Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esse destaque da Deputada Professora Dorinha é em função de uma outra estratégia, de uma outra meta. Por isso, nós propomos o acolhimento para integrar o texto do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A exemplo da anterior, e pedindo dispensa das manifestações, eu solicito ao Plenário que, se concordarem com o a aprovação deste destaque, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Pela posição, aprovada.

Destaque nº 5. O Deputado Marcos Rogério, através de requerimento, requer a esta Mesa, nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, que a votação do Destaque nº 5 seja feita pelo processo nominal.

Submeto o requerimento à apreciação de V.Exas.

Aqueles que forem a favor do voto nominal permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Izalci. Eu peço que mais um se apresente para falar a favor e dois para falarem contra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, essa matéria foi votada, ontem, através do destaque apresentado ao art. 2º, inciso III, quando foi acatada a redação do Senado. Ontem, nós aprovamos esse destaque, que trata exatamente do mesmo assunto. O texto da Câmara é mais restrito, e o texto que nós queremos aprovar, que é o do Senado, é mais amplo, coloca “qualquer tipo de discriminação”. Portanto, trata daquela mesma matéria que votamos ontem. Eu até havia solicitado que votássemos em conjunto, mas não sei se o Regimento permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não poderia.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas trata-se exatamente do mesmo assunto. Portanto, espero que seja da mesma forma, ou seja, que possamos votar o texto do Senado.

E quero ainda, aproveitando, Sr. Presidente, deixar claro que essa votação, inclusive a de ontem, não é uma votação pela emoção, é pela razão. O texto constitucional, de acordo com o art. 3º, inciso IV, da Constituição, se não me falha a memória, é muito claro. Ele trata da questão de diversas discriminações e coloca, de uma forma bem ampla, “qualquer tipo de discriminação” Quando o Relator buscou o texto da Câmara restringiu apenas o IV, do art. 2º. Portanto, seria a mesma defesa que foi feita, ontem, no destaque ao art. 2º, inciso III, que trata agora da meta da Câmara, que era a 3.12, e a meta do Senado, que é a 3.13. Então, nós somos pela aprovação do texto do Senado Federal, porque ele é mais amplo no sentido de evitar qualquer tipo de discriminação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quem encaminha contra o destaque?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, ele apresenta similaridade, mas são dois destaques com distinção, porque estão em dois lugares distintos, mas o conceito é o mesmo.

Quem fala a favor? Desculpem-me, quem fala contra?

(Não identificado) - Contra o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Contra o destaque. Eu preciso de um ou de dois que queiram falar, senão eu passo para o segundo.

Com a palavra o Deputado Bruno.

Com a palavra o Deputado... Qual dos dois encaminha o segundo?

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, fui informado de que começou a Ordem do Dia.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como nós não podemos votar, porque começou a Ordem do Dia, eu vou suspender a reunião.

Como nós temos duas ou três sessões extraordinárias hoje e mais a sessão ordinária, e, na semana que vem, nós temos apenas uma sessão na terça-feira, e,



possivelmente, alguma na quarta-feira, pela manhã, porque na quinta-feira é 1º de Maio, nós vamos dar por encerrada a presente sessão. Antes, porém, convoco todos os Srs. Deputados e Deputadas...

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) -... para a próxima e final sessão, se Deus quiser, a ocorrer após a semana do 1º de Maio, no dia 6 de maio, às 14 horas, neste plenário ou em outro a ser indicado posteriormente.

Está encerrada a presente sessão.